



## V Assembléia Plenária

Bogotá, Colômbia, 19 a 21 de novembro de 2006

---

### RELATÓRIO FINAL

#### Grupo de Trabalho Nº. 2: Redução da Pobreza

Em 19 de novembro do 2006, o grupo de trabalho realizou durante a V Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) sua primeira seção de trabalho no Congresso da República da Colômbia Salão Boyacá, cidade de Bogotá D.C., com a participação de deputados e senadores de: Brasil, Colômbia, Canadá, Chile, Cuba, Dominica, El Salvador, Haiti, México, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, e Venezuela, países membros do Fórum.

O grupo de trabalho foi conduzido pelo deputado do Chile e membro do Comitê Executivo do FIPA Iván Alejandro Moreira Barros e contou com a exposição de Ana Lucía Muñoz representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na Colômbia e de Amelita Armit vice-presidenta de Programas do Centro Parlamentar.

O deputado Moreira disse que o ponto de partida da luta contra a pobreza deve ser a tomada de consciência para conseguir maior igualdade de oportunidades para o desenvolvimento, para dar às pessoas o que precisam para emergir da pobreza. Apesar a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) ter projetado uma diminuição da pobreza na região pelo bom desenvolvimento econômico na América Latina, há crescimento, mas também há desigualdade. Devem-se desenvolver propostas como:

- i) Fortalecer e melhorar a cooperação
- ii) Política distributiva mais eficaz
- iii) Incentivos tributários para evitar evasão mediante mercado informal
- iv) Evitar fuga de capital e não investimento interno
- v) Promoção do produto nacional
- vi) Globalização
- vii) Aproximação cultural

“Não devemos continuar a dar comida às pessoas, mas ensiná-las a viver melhor pelo seu próprio esforço” destacou o deputado Moreira.

No seu relatório, “Pobreza y desigualdad en América Latina y el Caribe” a Dra. Muñoz informa que a partir da ação conjunta do FIPA e do BID poderiam ser oferecidos recursos técnicos que permitam aos parlamentares da região contar com recursos analíticos na luta contra a pobreza e a desigualdade. Destacou-se que a pobreza é mais alta nos países com baixos níveis de renda per capita, entre os que estão mais endividados; há aumento da indigência urbana; a gravidez de adolescentes pobres é um fator de transmissão intergeracional de pobreza; a população indígena que representa 10 % da população total tem 25 % de pobres; existe desigualdade de acesso à educação, saúde e mercados de trabalho, o que gera violência.

Amelita Armit, do Centro Parlamentar, fez uma apresentação sobre o “Fortalecimento da participação de parlamentares no processo de estratégia de redução da pobreza”. O Centro Parlamentar é uma organização canadense voltada para a melhoria da eficácia das assembleias representativas e dos mecanismos de governabilidade em todo o mundo, e que apóia as instituições democráticas na África, Ásia, Europa do Leste, nas Américas e no Oriente Médio. Os instrumentos oferecidos pelo Centro Parlamentar para apoiar os parlamentos na luta contra a pobreza incluem: realizar audiências legislativas e trabalhar junto com grupos políticos que tenham interesses específicos em diferentes áreas, melhorar as relações legislativas com o executivo e a sociedade civil e partilhar conhecimentos e experiências entre parlamentos.

## **DEBATE**

No desenvolvimento do diálogo interparlamentar, o grupo propôs tratar o tema sensível da pobreza levando em conta a realidade de cada país. A luta contra a pobreza representa uma preocupação dos países membros do Fórum e em geral dos países em vias de desenvolvimento.

Durante a seção de trabalho, os representantes participaram ativamente e concordaram entre outros pontos que não se deve só implementar políticas sociais para responder em crises económicas, mas exige-se uma verdadeira arquitetura social.

Os seguintes pontos foram destacados:

- Na América Latina os que vivem abaixo do patamar da pobreza são aborígenes ou mulheres arrimo de família. A pobreza deve ser combatida através de programas elaborados com esforço nacional ou através de ONG. Os países latino-americanos devem se articular e não trabalhar cada qual de forma diferente.
- A pobreza diminuiu, mas a distribuição da renda não melhorou.
- A economia melhora e a pobreza aumenta.
- A pobreza cresceu menos na América Latina que na África, mas não foi reduzida. Exige-se uma mudança radical na estratégia social: a questão do emprego não foi resolvida, e isso é a melhor política social.
- Na América Latina há desigualdade de oportunidades; há 8 milhões de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza.
- Exige-se o fortalecimento do estado de direito.

Houve menção especial de preocupação com a situação que enfrenta o Haiti, e todos os países membros expressaram vontade política de que os governos intercedam para ajudar na luta contra a pobreza e a corrupção.

Finalmente, ficaram pendentes 2 perguntas formuladas pela senadora Nancy Patricia Gutiérrez da Colômbia para a seção do grupo de trabalho do dia 20 de novembro de 2006:

- O crescimento por si mesmo não elimina a pobreza, é necessária a geração de emprego. Qual é o vínculo sinônimo da luta contra a pobreza?
- A carga tributaria termina minando o investimento privado que gera emprego; os tributos devem ser pagos pelos que tem mais recursos.

## **RECOMENDAÇÕES**

*Adotadas pela Assembléia Plenária do FIPA em 21 de Novembro de 2006*

Recomenda-se:

1. Consolidar estratégias de crescimento.
2. Aumentar efetividade do gasto social (estabelecendo quem terá a prioridade).
3. Propiciar a cooperação internacional entre os países membros.
4. Trabalhar um componente político para reduzir a pobreza; um elemento econômico para que sejam tributadas as pessoas com renda mais elevada; um elemento de conteúdo social das políticas econômicas e que o emprego seja a prioridade para chegar a uma transformação social.
5. Promover a educação universal, e eliminar o analfabetismo.
6. Reduzir a morbidade infantil.
7. Garantir um meio ambiente sadio.
8. Capacitar em novos locais de trabalho.
9. Intercambiar informação sobre programas que tenham tido êxito em outros países.
10. Investir na ciência e na tecnologia.
11. Reduzir o fenômeno da migração.
12. Buscar o mecanismo para que as resoluções e iniciativas apresentadas pelos grupos de trabalho sejam implementadas pelos legisladores nos respectivos países e conseqüentemente se constituíam numa força vinculante.
13. Como imperativo ético da região, observar que os recursos do estado cumpram seus compromissos e assim lutar contra a corrupção e incentivar os parlamentares a proporem leis de transparência em seus países.

14. Criar um grupo de trabalho que se dedique exclusivamente aos estudos e impactos da carga tributária no desenvolvimento socioeconômico das economias dos países membros. A missão do grupo seria realizar um estudo que estabeleça princípios e encontre alternativas para que os países membros tenham uma carga tributária justa e equânime para garantir o desenvolvimento social, a geração de emprego aumentando a produção e riqueza de cada país membro.

**Iván Alejandro Moreira Barros**

Deputado do Chile

Presidente do Grupo de Trabalho N°. 2

**Isabel Cristina Jiménez Losada**

Relatora